



LEI N. 5448/2001

Autor: Poder Executivo.

Define as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3.º do artigo 100 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 15.12.98, concede prazo a pagamento das já inscritas em precatórios e adota outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1.º Fica definido em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) as obrigações de pequeno valor a que alude o § 3.º do artigo 100 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional n. 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 2.º O pagamento ao titular de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da apresentação de requerimento à Procuradoria Geral do Município, instruído com certidão, expedida pelo Cartório, demonstrando o trânsito em julgado do processo respectivo e a liquidez da obrigação.

Art. 3.º As obrigações já inscritas em precatório e que satisfaçam o disposto no artigo 1º desta Lei serão pagas no prazo máximo de 1 (um) ano, observada a atual ordem de inscrição.

Art. 4.º Para cumprimento do disposto na presente Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários, utilizando como recursos as formas previstas no § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 20 de agosto de 2001.


José Cláudio Pereira Neto
Prefeito Municipal


Reginaldo Benedito Dias
Chefe de Gabinete